



Rural e urbano: o signo/notícia sobre o MST¹

Felipe de Oliveira²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

O trabalho propõe uma reflexão acerca da representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na mídia hegemônica brasileira. Uma visada teórica inspirada na semiótica de Peirce para uma análise que se aproxima, também, de Canclini (1997) em *Culturas híbridas, poderes oblíquos*. A pretensão é a de contribuir para a compreensão dos signos que representam o MST a partir de sua construção pelo jornalismo. Considera-se a notícia como signo que se constitui por lógicas diversas e que alimenta complexos processos de semiose. Trata-se de um exercício de análise e reflexão que se apóia em extratos do empírico para destacar a necessidade de novas abordagens, para além da caracterização atual dos sem-terra a partir de uma só matriz: rural ou urbano.

Palavras-chave

Jornalismo; MST; Semiótica; Signo/notícia; Cultura.

Introdução

A relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a mídia hegemônica no Brasil é carregada por conflitos que remetem a campos de pensamentos demarcados por profundas diferenças. Afinal, trata-se de dois agentes da recente democracia brasileira com posições bem definidas, fortes, e distintas. Interessa ao trabalho apontar questões que problematizem essas tensões a partir de uma perspectiva complexa, que leve em conta nuances normalmente despercebidas pelo senso comum de ambas as partes. Para tanto, considera-se a representação do MST construída pelo jornalismo, trabalhada na perspectiva da Teoria dos Signos, de Charles Sanders Peirce, associada às propostas formuladas por Néstor García Canclini (1997) em *Culturas híbridas, poderes oblíquos*.

A intenção, ao fim e ao cabo, mais do que respostas, é gerar perguntas. Não retóricas, como “a mídia hegemônica representa bem ou mal o MST?”. Sabe-se, a resposta seria mal, considerados os campos ideológicos a que se filiam cada um dos

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Felipe Moura de Oliveira é mestrando no PPG em Comunicação da Unisinos, Linha de Pesquisa – LP2 Linguagens e Práticas Jornalísticas, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Graduado em Jornalismo pela Unisinos e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Experiência em jornalismo digital e impresso, diário e revista, telejornalismo e assessoria de imprensa. E-mail: felipecomunica@gmail.com.



atores envolvidos – MST ligado à contestação da economia capitalista vigente; mídia, no que pese suas ambigüidades, inserida no capitalismo com protagonismo. O que importa discutir é “como representa”. Entender as opções por representá-lo como movimento rural, ou urbano. E mais: problematizar - talvez não mais do que isso - as estratégias para entrar e sair da modernidade (Canclini, 1997) empreendidas pelo MST ante a forma como é representando e pelos desafios impostos pela sociedade midiaticizada³.

Ao se trabalhar a idéia de representação pelo jornalismo, nada mais se está fazendo do que considerar o MST como objeto de um signo que o representa nas páginas de jornal, nas ondas do rádio ou nas imagens da televisão: a notícia. Os meandros do processo de construção do que se convencionou chamar de signo/notícia é o que se pretende trazer à luz do debate.

O exercício tem caráter ensaístico, mas considera elementos do empírico para, a partir do seu tensionamento na relação com as teorias mobilizadas, produzir inferências capazes de apontar para a necessidade de novas abordagens. O problema ora identificado se resumiria às perguntas: seria o MST um movimento rural, ou urbano? E como representá-lo? Por conseqüência. Uma resposta rápida, diria, como faz comumente a mídia hegemônica: é rural. Mas não é só isso. É urbano, também. Logicamente, resolver o problema não é tão simples assim.

A construção da notícia como processo de semiiose

E como se pensa a representação das demandas que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST pelo jornalismo na mídia hegemônica? A matéria que as retrata nos jornais constitui-se em um signo, na mais perfeita expressão que se puder alcançar do que define Peirce.

Nesse contexto, se sobressai a necessidade de testar essa ferramenta de análise. E para tanto, as primeiras justificativas. Os estudos de jornalismo apontam para a possibilidade de analisar o processo de construção da notícia, tudo o que o envolve, à luz da semiótica peirciana, sobretudo com base no conceito de processo de semiiose.

³ José Luiz Braga diz que a “[...] sociedade crescentemente gerou a necessidade, para processar suas interações, de comunicações mais amplas e abrangentes, mais específicas e especializadas, mais diversas, mais eficazes (etc.) e foi desenvolvendo mais e mais procedimentos e tecnologias mediáticas” (Braga, 2004: 11).



A semiose é a ação do signo, a própria essência do ato de comunicação. Não poderia, assim, deixar de estar presente no jornalismo. O entendimento de que a notícia é um signo é inevitável quando se adota uma perspectiva dessa ordem. Trata-se da representação, do fator de mediação dos receptores com a realidade (Henn, 1996). É um signo, contudo, que, ao mesmo tempo em que representa, gera interpretação, produzindo sentidos diversos.

A pergunta que emerge é: que signo é esse? Pergunta cuja resposta aparece, aqui, como elucidativa. Respondê-la por completo, obviamente, não é uma tarefa simples. Exige uma capacidade de abstração que não se atingiria com a brevidade que o exercício ora empreendido pressupõe. A tentativa é no sentido de chamar a atenção para a complexidade da ação dos jornalistas no seu cotidiano: a construção do signo/notícia. O próprio Peirce elabora mais de uma explicação sobre o que, de fato, seria um signo. E ele mesmo é evocado agora:

Um signo é qualquer coisa que representa alguma coisa – seu objeto – para qualquer mente que possa interpretá-lo assim. Mais explicitamente, o signo é algo que aparece em lugar de seu objeto, que não aparece por ele mesmo. De forma que o signo é (...) a ‘aparição’ virtual ou, figurativamente falando, emanando do objeto e capaz de produzir um efeito num ser inteligente. Efeito esse chamado interpretante do signo – que é devido, de alguma forma, ao objeto. É produzindo o interpretante que o signo preenche sua própria função – função que o constitui como signo (Peirce, 1977: 43).

Dessa forma, é intrínseca à atividade jornalística a produção de signos. Senão vejamos. Não é o acontecimento o que Peirce chama de objeto? Parece que sim, e mais: a notícia é o signo, a “aparição virtual” do objeto (acontecimento), que representará algo para alguma mente. Como signo, em seguida, a notícia produz o interpretante nessa mente e se desencadeia, então, o processo de semiose.

Olhando assim, parece fácil. Logo, Peirce mostra que não. O signo é signo independentemente da qualidade da representação que faz. E sendo, gerará um interpretante, mais ou menos fiel à realidade mediada.

Um signo intenta representar, em parte, pelo menos um objeto, que é, portanto, num certo sentido, a causa determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é imediatamente devido ao objeto (Peirce, 1977: 38).



Reitera-se a necessidade de entender como ocorre o processo de semiose que leva ao signo/notícia. Os fenômenos sociais se concretizam, semioticamente falando, têm dimensão sógnica e seus desdobramentos desenrolam-se como semiose (Henn, 2002). Lúcia Santaella ajuda a entender a relação entre semiose e comunicação ao explicar ser um processo por meio do qual o signo constrói a representação e torna possível a comunicação (Santaella, 2004): é pela notícia que o MST se comunica com a sociedade. O interpretante gerado pelo signo que o representou, portanto, dependerá diretamente de como esse signo foi construído.

O signo não existe isoladamente. Trata-se de um sistema de representação mediada, que só pode ser compreendido dentro de um sistema de representação (Salles, 1990). É a tangente que aproxima a idéia de que o signo/notícia que se produz depende do sistema de produção de linguagem a que está submetido (Santaella, 1983). O signo não age sozinho. Necessariamente, depende de uma tríade com o objeto e o interpretante, que passará a agir como objeto de outros signos, que gerarão novos interpretantes, sucessivamente.

Semiose é uma ação ou influência que consiste, ou envolve, a cooperação de três sujeitos: o signo, o objeto, o interpretante, influência trirrelativa essa que não pode, de forma alguma, ser resolvida em ação entre pares. Semiose, no período grego ou romano, à época de Cícero, já significa a ação de praticamente qualquer espécie de signo; e a minha definição confere a tudo que assim se comportar a denominação de signo (Peirce, 1977: 69).

Há pelo menos duas dimensões assimétricas na semiose: uma delas icônica, indefinida, imprevisível. A outra, simbólica, que fecha o processo, carregada de previsibilidade, unidirecionalidade (Henn, 2005). É como se, na primeira dimensão, o signo construído não apontasse para nenhum caminho pelo qual o interpretante devesse seguir. Na segunda, ao contrário. Esse direcionamento se dá justamente pelas escolhas feitas durante o processo de construção do signo/notícia.

Peirce lista três categorias para definir como os fenômenos batem à consciência humana: na condição de qualidade; relação; e na condição de representação. Denomina, na ordem, Primeiridade, Secundidade e Terceiridade.

Na Primeiridade, a consciência apreende o fenômeno sem relação ou representação, ainda como uma possibilidade. Peirce ressalta, é um sentimento imediato, apenas. A semelhança não é contemplada pela Primeiridade. Já pressupõe um desmembramento e recomposição que são totalmente estranhos ao imediato. A Primeiridade seria o modo de ser que é tal como é.



Quando o fenômeno é apreendido na forma de uma reação, já se está falando de Secundidade. Atinge o nível do fato, do feito, do produzido. Seria o modo de ser que é tal como é em relação a um segundo, mas ainda sem a produção de uma representação que levaria a um terceiro.

Há uma intensa realidade sobre esse tipo de experiência, uma aguda separação entre sujeito e objeto. Estou sentado calmamente no escuro, e de repente acendem-se as luzes; nesse momento tenho consciência não de um processo de mudança, mas, todavia, de algo mais que pode ser contido num instante. Tenho a sensação de um salto, de existirem dois lados de um mesmo instante. Consciência de polaridade poderia ser uma frase toleravelmente boa para descrever o que ocorre. A vontade, assim, como um dos grandes tipos da consciência, deveria ser por nós substituída pelo sentido de polaridade (Peirce, 1977: 88).

À Terceiridade cabe, aí sim, a mediação. Por si só, aliás, é a mediação. Tudo se relaciona a partir de signos. Um tipo de consciência que não pode ser imediato. Cobre um certo tempo. Não apenas porque continua através de cada instante. Não pode ser contraído para caber num instante (Peirce, 1977). Alcança a abstração. Um terceiro é o que é em virtude de atribuir uma qualidade a reações situadas no futuro, enquanto um segundo está no nível do que foi e um primeiro, no nível do agora (Netto, 1996).

A capacidade de que é dotado o signo de gerar outro, infinitamente, é o que torna a semiose um processo incontrolável. Há de se registrar, no entanto, que a relação triádica existencial que se constitui entre objeto, interpretante e signo faz com que se estabeleçam sistemas interligados de produção de sentido, nos quais o primeiro signo – que já é composto de outros, anteriores – incidirá em todos os próximos que se formarão.

Um signo que representa, sempre que gera um interpretante, está concluindo um processo de semiose e iniciando outro. Todos os elementos que compõem o signo/notícia que representou o MST farão, conseqüentemente, diferença na interpretação que a sociedade fará sobre o movimento.

O signo/notícia

Tudo o que se expôs até aqui dá lastro a uma premissa base deste artigo: a produção da notícia é um processo de semiose. Pois bem. Ao encontro dessa premissa, as notícias formam signos cujos objetos são as ocorrências do cotidiano, produzem interpretantes que subsidiam a formação de opinião e levam a ações concretas da



sociedade (Henn, 2002). É uma formulação que aponta, mais uma vez, para a importância de se compreender como se dá a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na mídia hegemônica.

Os acontecimentos que originam coberturas jornalísticas já são signos. Ao produzir, então, a notícia, o jornalista está atuando na condição de interpretante – não na dimensão de sujeito, mas de interpretante gerado pelo signo. Cai, enfim, o mito da objetividade propagandeado pelo Jornalismo contemporâneo. Entre a notícia e o objeto que ela representa existe uma série de mediações, um desencadeamento de signos e interpretantes que resulta na circulação da notícia e sua repercussão.

Percebe-se que o mesmo processo tem uma dimensão representativa e outra interpretativa. Por isso as possibilidades são infinitas. O signo/notícia que representa um objeto/acontecimento, na verdade, é um emaranhado de signos, é composto pelo conjunto de determinados signos, somados, e outros subtraídos. E é o jornalista o operador dessa equação. O que restringirá consideravelmente as possibilidades de interpretação - que, sabe-se, são infinitas - é justamente a realização dessa operação, as codificações que as linguagens impõem⁴.

[...] Charaudeau (1997) afirma que esse cerceamento da hemorrhagia de sentidos do acontecimento não se deve a uma vontade específica dos profissionais da mídia. Trata-se de um processo social que envolve não apenas rotinas de tratamento, mas também os enquadramentos mais amplos que regem a vida social. O que se passa no mundo ganha sentido através de uma estruturação que é dada pelo próprio ato de linguagem, o qual só existe por meio de um vínculo entre sujeitos (Mendonça, 2007: 117).

Quando o signo assume a capacidade, fundamental, de determinar novos signos, só pode ser descrito como um processo, como a própria semiose pressupõe (Henn, 2002). Sempre será um processo infinito, independentemente da direção que tenha tomado devido às restrições que se constituíram pela aplicação dessa ou daquela linguagem à representação do objeto. Refletir objetivamente a realidade, levar o objeto diretamente ao público, sem que haja interferência do jornalista como interpretante, como defende a teoria do espelho⁵, por exemplo, seria inconcebível.

O objeto do signo/notícia, como já se viu, é também um signo. Não sendo, pelo menos passa pela mediação de um signo socialmente produzido a partir do relato de

⁴ O texto propõe, adiante, um exercício de análise de um signo/notícia que representam o MST para que se possa ver essa elaboração em funcionamento.

⁵ Teoria que nasce de uma espécie de “ideologia profissional” do jornalismo, cuja explicação do processo de construção da notícia não admite a interferência, subjetiva, do jornalista. As notícias são como são porque a realidade às determina assim (Traquina, 2004).



uma fonte. Mesmo os fenômenos que não ultrapassem o nível da secundidade, ou seja, menos mediados, como a passagem de um furacão ou um terremoto, até virarem notícia passam por alguma instância de mediação. O jornalista, quando atua em uma cobertura desse tipo, não fará o relato apenas a partir de sua percepção do fenômeno. Sua narrativa contará com o testemunho de pessoas que presenciaram o acontecimento, com dados contextuais (Henn, 2002).

Nesse contexto, a produção da notícia aparece como uma rede de mediações, um processo de semiose complexo, que sofre intervenções de várias ordens, com início na pauta, entregue ao repórter, e que já se constitui como o primeiro signo que gerará um interpretante antes mesmo do contato com o fenômeno que se prestará a objeto do signo/notícia. Até que esse signo/notícia acabe na mídia hegemônica passará por uma série de etapas consagradas como padrão: texto; refinamento do editor; a eventual revisão do chefe de reportagem; uma intervenção do diretor, dependendo da dimensão da pauta... Todos na direção da codificação à linguagem que julgam necessária, evocando princípios como linha editorial, manuais de redação e até elementos de outros campos, que não o jornalismo.

Vale, ainda, destacar a função que exercem as fontes, assumindo o papel de interpretante e objeto, ao mesmo tempo, na medida em que é de sua versão de determinado fenômeno que o jornalista desencadeará o processo de semiose que redundará no signo/notícia (Alsina, 1989). Mesmo no contato mais direto possível, como no local onde ocorrera um deslizamento de terra que gerou uma tragédia em uma comunidade de periferia, ao apurar os fatos o jornalista precisará recontextualizar rapidamente o que se constitui como acontecimento excepcional. Tenderá a privilegiar as interpretações do sistema político. Depende desse recurso para concretizar, de fato, sua competência contextualizadora do acontecimento/notícia (Henn, 1996).

MST: o objeto

É inevitável, antes que se dedique à análise da relação entre MST e mídia hegemônica propriamente dita, que se faça o resgate histórico sobre a formação do movimento. É passo importante no sentido da compressão das posições ideológicas a que cada um se vincula. A mídia, como complexos empresariais, não demandaria explicação, na medida em que está se falando de um agente do sistema capitalista cuja caracterização é cristalizada.



A luta pela terra no Brasil também não é novidade. Desde a colonização portuguesa, nos idos de 1500, e a posterior distribuição das áreas colonizadas em capitâneas hereditárias, que a desigualdade baseada no latifúndio é uma realidade presente. Para entender melhor o processo que levaria à constituição oficial do MST, em 1984, no entanto, remete-se à década de 60 do século passado. Em 1961, o presidente João Goulart assume o comando do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros. Já em suas primeiras ações aponta para um governo com tendências políticas à esquerda e entre elas está justamente a reforma agrária.

O clima de instabilidade causado pela tensão das lutas populares leva as elites a se organizarem e em 1964, João Goulart é retirado do poder no *Golpe Militar*. Assume o presidente-marechal Castelo Branco, que decreta a primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil. O então denominado Estatuto da Terra acabou não sendo implantado e servindo apenas para contensão dos conflitos no campo. De 1965 a 1981, na Ditadura Militar, foram realizadas oito desapropriações, em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos na disputa pela terra anualmente (Movimento..., 2008)⁶.

Sucederam-se presidentes militares até a década de 1980. Embora os movimentos de representação de trabalhadores e resistência ao regime tenham sido duramente reprimidos, a luta no campo se expandiu. Se por um lado os sindicatos de trabalhadores perdem força nesse contexto, a base de sustentação do regime, de perfil conservador, permite, por outro, o recrudescimento de movimentos sociais que denunciam as contradições entre os mais ricos e os mais pobres. Nos cenários em que o processo de exclusão se intensifica, como o campo, a luta secular pelo direito a terra acaba tomando a frente no processo de resistência ao sistema (Veira, Roedel, 2002).

Sem uma maior organização e com o protagonismo da ala progressista da Igreja Católica, iniciam ainda na década de 70 as primeiras ocupações de latifúndios e em 1975 surgiria a Comissão Pastoral da Terra - CPT, primeira organização formal que reivindicava a reforma agrária.

Já em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza seu primeiro encontro, em Cascavel, no Paraná. A tônica acabou sendo a reafirmação das ocupações de terras como ferramenta de reivindicação da reforma imediata. Em meio à campanha "Diretas Já", em 1985, que exigia eleições democráticas

⁶ Documento on-line: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Página oficial do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 20 jun 2011.



para a Presidência da República, o MST realiza seu primeiro Congresso Nacional, também no Paraná, dessa vez na capital, Curitiba. No mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, visando a aplicar o Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim da gestão, assentando 1,4 milhões de famílias.

Ao final do mandato de cinco anos, Sarney assentou menos de 90 mil sem-terra, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA (Movimento..., 2008). Em seguida, emenda à Constituição de 1988 garante aos movimentos sociais nos artigos 184 e 186 a Função Social da Terra, determinando que quando ela for violada, a terra será desapropriada para fins de reforma agrária.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República em 1989, a abertura da economia e a formalização do neoliberalismo no Brasil, a luta pela terra retrocede. O novo presidente era declaradamente contra a reforma agrária e tinha ruralistas como aliados no governo.

Em 1990, durante seu segundo Congresso, em Brasília, o MST debate a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do movimento em nível nacional. É quando, pela primeira vez, deliberadamente, não mais por iniciativas dispersas, o movimento decide pela ocupação do espaço urbano – aqui ainda como espaço físico, território mesmo, não simbólico, como discute Canclini (1997).

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições presidenciais com um projeto de governo neoliberal. Prioriza a agroexportação em detrimento da agricultura familiar, com o claro propósito de atender às demandas do mercado internacional e para gerar os dólares necessários ao pagamento dos juros da dívida externa.

No ano seguinte, o MST realiza seu terceiro Congresso Nacional, novamente em Brasília. Com as conseqüências da implementação do neoliberalismo, o movimento atenta para a necessidade de expandir a luta para além dos trabalhadores sem-terra, a ponto de iniciar a campanha "Reforma Agrária, uma luta de todos". Essa tendência se consolida em 1997, com a "Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" que rumava a Brasília e tinha data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 sem-terra foram brutalmente assassinados pela polícia militar no Pará.

Considerado o processo histórico que levou à formação do MST, é possível que se estabeleça relação direta com os ataques aos movimentos sociais desencadeados pela consolidação dos governos neoliberais. Os sem-terra acabam ocupando um espaço



deixado pelo movimento sindical, desgastado pela nova ordem econômica, e assumem posição de vanguarda, explorando uma das principais mazelas do sistema: a concentração de terra em detrimento da justiça social.

Em especial a partir do final da década de 1990, o MST passa, então, a realizar ações que envolvem questões macroeconômicas e não mais apenas ligadas a disputa pela terra. A prova é a participação no plebiscito nacional que questionava o pagamento da dívida externa, realizado por movimentos sociais em 1998.

Como parte da estratégia desde a formação, em 1984, os sem-terra seguem a agenda de ocupações de terra para chamar a atenção à necessidade da reforma agrária, mas incluindo na pauta rupturas mais amplas com o sistema. Agora, também no nível de território simbólico, o MST não é mais apenas rural, é também urbano.

O signo/notícia sobre o MST

Feita a conceituação da notícia como signo que representa o MST, seguida pela contextualização histórica de formação do movimento – reduzida, logicamente, ao que pede o protocolo – é hora de partir à segunda etapa: a análise dessa representação em si. E, neste momento, a necessidade de se reportar ao empírico, a indícios capazes de revelar a forma como o jornalismo constrói os signos que representam os sem-terra na mídia hegemônica.

As atenções voltam-se, assim, para matéria veiculada pelo *Jornal da Globo*, da TV Globo, edição do dia 07 de novembro de 2007, disponível para acesso na página eletrônica da emissora⁷. O apresentador destaca, na manchete de abertura do telejornal, na escalada: “Comunicação Profissional”. Em seguida, mostra imagens de material enviado pela assessoria de imprensa do MST a veículos de comunicação, divulgando uma ocupação no Estado do Pará. No momento em que a matéria é veiculada, o texto é o que segue:

Apresentador - Integrantes do MST invadiram novamente a estrada de ferro Carajás no Pará e paralisaram o transporte de minério de ferro da maior mina a céu aberto do país.

Repórter - É a terceira vez em menos de um mês que integrantes do MST invadem a estrada de ferro Carajás, em Parauapebas, sudeste do Pará. A ocupação foi divulgada pela assessoria de imprensa do próprio MST em e-mail

⁷ MST divulga invasão. *Jornal da Globo*. São Paulo, Rede Globo, 7 nov. 1997. Programa de TV. Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20071107-309073,00.html>>. Acesso em: 22 jun 2011.



enviado às redações de jornal, revista e TV. No documento o Movimento pede investimentos em educação, saúde e participação nas decisões da companhia Vale do Rio Doce.

Representante do MST - Pra forçar, o estado, o Governo Federal e a Companhia Vale do Rio Doce que tem uma dívida social com esta região e com este estado, a sentar na mesa de negociação conosco novamente.

Repórter - A Vale do Rio Doce divulgou uma gravação feita durante a invasão.

Gravação

Maquinista - O pessoal tá atacando o trem aqui quebrando o trem, picareta, pedaço de pau, tão quebrando tudo aqui.

Controlador - O amigo aí tá seguro aí na tração? A tração está toda fechada aí, trancada?

Repórter - Depois, ainda no áudio divulgado pela Vale, a cabine do trem é invadida.

Gravação

Integrante do MST - É o seguinte, olha, libera o trem pra ele ir devagar até lá o local, senão vai causar o pior.

Repórter - Segundo a Vale, cinco funcionários foram feitos reféns durante meia hora. A companhia afirma que enviou cartas ao ministro da Justiça, Tarso Genro, e à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, pedindo medidas para que seja feita a reintegração. Com a paralisação da ferrovia foi interrompido o transporte de passageiros em 23 municípios do Pará e do Maranhão. Cidades do sudeste do Pará também dependem da estrada de ferro para receber combustível. A Vale informa que as últimas três ocupações da ferrovia provocaram um prejuízo para a empresa de US\$ 10 milhões de dólares (MST Divulga..., 2007).

Veja que aparecem, no signo que o *Jornal da Globo* constrói para representar o objeto - o acontecimento que envolve o MST - uma série de outros signos, na lógica do conceito de processo de semiose de que fala Peirce, que incidem diretamente na interpretação que fará o telespectador, na condição de interpretante e a partir de um novo processo de semiose desencadeado pelo signo/notícia.

Percebe-se a tentativa do telejornal de tornar, desde a manchete, na abertura da edição, a ação contraditória, surpreendente, na medida em que retrata um movimento que trabalha pela reforma agrária, portanto, uma questão eminentemente rural, lidando com questões do cotidiano da urbanidade, como e-mail, veículos de comunicação impressa, rádio, TV, e assessoria de imprensa, como estratégias de sobrevivência na sociedade midiaticizada, além de a própria pauta de reivindicação transcender a barreira



do rural. Isso no que diz respeito a uma questão de identidade, de caracterização de um movimento que constitui-se como uma força dispersa da modernidade. Assim, tenta a mídia torná-lo arcaico, incapaz de conviver com a sociedade de consumo. Evoca o que Canclini (1997) chamaria de “fórmula cultura urbana”. Tenta explorar as supostas contradições do que se pode definir como uma espécie de hibridismo do movimento.

O material utilizado como base para a análise também é rico em indícios do ponto de vista ideológico que marca a atuação da mídia hegemônica na relação com o MST. Tanto o apresentador, quanto o repórter, utilizam o verbo “invadir” para definir a ação dos sem-terra. Em *Campos em confronto: a terra e o texto*, Christa Berger (1998) analisa o discurso do jornal *Zero Hora*, do Grupo RBS, sobre os sem-terra no Rio Grande do Sul, no início da década de 90. Em determinado momento, versa sobre a escolha deliberada por “invadir” em detrimento de “ocupar”.

[...] o enunciador ao optar por ‘invadir’ faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso optasse por ‘ocupar’, ele estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação de repressão (Berger, 1998: 131).

Cinco elementos, no contexto do que expõe Christa Berger, diferenciam o rumo do processo de semiose que se desencadeia a partir da escolha de um verbo ao outro. Todos baseados em uma espécie de “receita”: “Espacialidade + Ideologia”. “Invadir”, remete às seguintes idéias: 1) existe um obstáculo (legal, no caso); 2) este obstáculo é vencido; 3) vencer significa, aqui, transgredir; 4) a transgressão permite punição; 5) o ato (invadir) é ilegal. Na substituição por “ocupar”: 1) não há obstáculo; 2) trata-se de algo devoluto; 3) não há transgressão; 4) não pode haver punição; 5) o ato é legal (Berger, 1998).

Contribuições ao debate: rural e urbano

O “ruído” que há na relação entre objeto e signo que o representa quando o assunto são fenômenos sociais que envolvem o MST e que viram notícia na mídia hegemônica salta aos olhos. Ainda que se admita esse ruído como natural do processo de semiose, no que ensina Peirce – e há de se considerar que o acontecimento só existe porque é representado, nesse contexto –, aqui o que se vê é uma distância entre um e outro para além do que se possa considerar inevitável.



Como os sistemas midiáticos são complexos empresariais de grande monta [...] os segmentos sociais historicamente marginalizados e excluídos aparecem nos produtos de mídia sob determinados enquadramentos que raramente correspondem à organização semiótica destas comunidades. Por mais bem intencionados que sejam os produtores de mídia, há um inevitável ruído por conta das regras sedimentadas nos sistemas socioculturais a que pertencem (Henn, 2006: 182).

O que nas palavras de Ronaldo Henn são “regras sedimentadas nos sistemas socioculturais”, na reflexão a que se propõe o presente trabalho é a “fronteira” entre territórios de bens simbólicos expressos pelos conceitos de “rural” e “urbano” (Canclini, 1997). No rural, a terra é feita para plantar. Garantir subsistência e renda. Quando está parada, improdutiva, naturalmente, precisa ser “ocupada” para seu fim. No urbano, a propriedade privada expressa o que há de privacidade, com o perdão da redundância, em meio a uma sociedade heterogênea. Não pode ser transgredida.

Chega, enfim, a gênese do que esta proposição busca encaminhar: oferecer as condições para a reflexão sobre os paradigmas socioculturais que orientam a relação MST e mídia hegemônica, ao representá-lo através do jornalismo. Impõe-se uma revisão do que seja a caracterização do MST na sociedade urbanizada; das operações sógnicas realizadas pelo jornalista no processo de construção do signo/notícia. Ao longo da história, o movimento deixa de ter, tanto do ponto de vista físico, quanto de bens simbólicos, ligação apenas com o território rural. E mais: as “migrações multidirecionais são o outro fator que relativiza o paradigma binário e polar na análise das relações interculturais” (Canclini, 1997: 296).

Vejamos o acontecimento que prestou-se à objeto o signo/notícia sobre o MST no *Jornal da Globo*: a paralisação da estrada de ferro Carajás, no Pará. Uma ação promovida por um movimento de origens rurais, utilizando meios urbanos para fazê-la repercutir na sociedade midiaticizada. Utiliza-se de ferramentas de midiaticização e midiaticiza-se ao manter uma assessoria de imprensa profissionalizada, responsável pelo contato com a mídia hegemônica.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é rural. Ou, então, é urbano. O recurso à retórica, aqui, não é por acaso. Sem a pretensão de esgotar a reflexão acerca de um tema tão complexo, nunca é demais ressaltar, a conclusão a que se chega, e que não é definitiva, tampouco afirmativa, por mais que pareça, é simples: o MST circunscreve-se em uma “cultura híbrida”. Nem só rural, nem só urbana. É partindo dessa premissa que se poderia propor uma prática jornalística no trato com questões que



envolvem esse agente social, que pudesse melhor representar sua organização semiótica, sua complexidade.

Essa dificuldade para abranger o que antes totalizávamos sob a fórmula "cultura urbana", ou com as noções de culto, popular e massivo, levanta um problema: a organização da cultura pode ser explicada por referência a coleções de bens simbólicos? Também a desarticulação do urbano põe em dúvida que os sistemas culturais encontrem sua chave nas relações da população com certo tipo de território e de história que prefigurariam em um sentido peculiar os comportamentos de cada grupo (Canclini, 1997: 291).

É preciso ressaltar o fato de que questões que envolvam interesses econômicos seguirão atuando sobre o enquadramento da representação do MST, excluído do sistema como é, na mídia hegemônica, como bem chama atenção Henn (2006). Basta ver que o foco da matéria jornalística que aparece no artigo são os prejuízos econômicos da companhia Vale do Rio Doce e não a questão agrária e mesmo social que motivou a mobilização dos sem-terra. Talvez, também, a questão ideológica, expressa na escolha do verbo "invadir" em detrimento de "ocupar" (Berger, 1998), indicadora de um senso comum jornalístico, não se resolva pelo caminho que se propõe. Entretanto, uma representação do MST que não tenha como propósito caracterizá-lo ou como rural, ou como urbano, pode ser o "ponta-pé inicial" para sua inclusão na agenda de debates sobre os quais a sociedade – urbanizada, é claro - deva encontrar soluções.



Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona, Paidós, 1989.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BRAGA, José Luiz. **Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação**. In: Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, Compós, XIII Encontro Anual, São Bernardo do Campo, 2004.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas, poderes oblíquos. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**, São Paulo: EDUSP, p. 283-350, 1997.
- HENN, Ronaldo. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 8, n. 3, p. 177-184, set./dez. 2006.
- HENN, Ronaldo. **A Semiodiversidade diante da Irreversibilidade do Tempo**. 2005. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18180/1/R1464-1.pdf>>. Acesso: 13 abr 2011.
- HENN, Ronaldo. **Fluxos da notícia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- HENN, Ronaldo. **Pauta e Notícia: Uma abordagem semiótica**. Canoas: Ulbra, 1996.
- MENDONÇA, Ricardo F. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página oficial do MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 20 jun 2011.
- MST DIVULGA INVASÃO. **Jornal da Globo**. São Paulo, Rede Globo, 7 nov. 1997. Programa de TV. Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20071107-309073,00.html>>. Acesso em: 22 jun 2011.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo, Perspectiva, 1996.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- SALLES, Cecília A. **Uma criação em processo: Ignácio de Loyola Brandão, não verás país nenhum**. São Paulo, PUC/SP, 1990 (Tese de Doutorado).
- SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira, 2004.
- SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, v. 1, 2004.
- VIEIRA, Fernando A. C.; ROEDEL, Hiran. **Desafios dos Movimentos sociais em tempos de Globalização**. Revista Outubro. São Paulo, n. 7, p. 23-36, 2002.